

**ATA DA 58ª REUNIÃO DA  
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,  
REALIZADA EM BRASÍLIA - DF**

**DATA:** 17 e 18/02/2004

**PARTICIPANTES:**

Ministério do Meio Ambiente - SRH: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)  
Ministério da Justiça: Byron Prestes Costa (byron.costa@mj.gov.br)  
Ministério da Integração Nacional: Fernando M. Cabral de Vasconcellos Filho (fernando.cabral@integracao.gov.br)  
Ministério das Cidades: Sonia Lúcia dos Reis Alves (sonia.alves@cidades.gov.br)  
Ministério do Meio Ambiente - ANA: Reginaldo Pereira Miguel (reginaldo@ana.gov.br)  
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: (aguardando indicação)  
Ministério de Minas e Energia: Ana Salett Pereira Marques (anasalett@dnpm.gov.br)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – São Paulo/Rio de Janeiro: Maurício Lenzi Brandão (mlbrandao@sp.gov.br)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Piauí/Sergipe: Jessé Cláudio de Lima Costa (srh-depc@prodase.com.br)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Minas Gerais/Espírito Santo: Adriana Araújo Ramos (adriana.ramos@igam.mg.gov.br)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Ceará/Bahia: Vera Maria Weigand (vweigand@srh.ba.gov.br)  
Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário: (ausência)  
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)  
Indústrias: Maria Luiza Werneck (mwerneck@cni.org.br)  
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: (ausência)  
Comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas: Fernando Antonio Rodrigues Netto (bpp@daee.sp.gov.br)  
Organizações não governamentais: Ninon Machado de Faria Leme Franco (ninin@alternex.com.br)

**CONVIDADOS:**

Alfredo Eduardo Anastácio de Paula – SRH/MMA  
Célia Cristina Moura Pimenta – ANA (celiacristina@ana.gov.br)  
Edimárcio de Araújo Prudente – Votorantim Metais (edimarcio@tm.cmm.com.br)  
Francisco J. Pompeu Campos – ANA (francisco.pompeu@ana.gov.br)  
Ivana Pinheiro Coelho – CONJUR/MME (ivana.coelho@mme.gov.br)  
Jader Paulo Gonçalves Verdade Jr – Min. Integração Nacional (jader.junior@integracao.gov.br)  
Lucila Massae Hayashi – Eletrobrás (lucila@eletrobras.com)  
Marcelo de Deus Melo – CEMIG (mdeus@cemig.com.br)  
Marcelo Taylor de Lima – CNI (mtaylor@cni.org.br)  
Márley Caetano de Mendonça – SRH/MMA (marley.mendonca@mma.gov.br)  
Maurício Andrés Ribeiro – ANA (mauricio.andres@ana.gov.br)  
Maurison da Costa Gomes – CBH Ipojuca/PE (maurisongomes@ig.com.br)  
Patrícia Helena Gambogi Boson – IBRAM (tita@net.em.com.br)  
Rogério Barion – SRH/MMA  
Valdemar Araújo – Min. Cidades (valdemar.araujo@cidades.gov.br)  
Valter Otaviano Jr – CONJUR/MMA (valter-otaviano.junior@mma.gov.br)  
Wilde Cardoso Gontijo Jr – ANA (wilde@ana.gov.br)

**RELATOR:**

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

**DATA:** 17/02/2004

**Início:** 10:00 h

**Término:** 18:30 h

Às dez horas do dia dezessete de fevereiro de 2004, no miniauditório do 4º andar do Edifício da CODEVASF, situado no SGAN 601, Brasília/DF, iniciou-se a 58ª reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, para tratar da pauta conforme **Anexo I**. O Dr. Fernando Rodrigues, presidindo a reunião em substituição ao Dr. Julio Thadeu, abriu os trabalhos e deu boas vindas a todos. Noticiou sobre o novo integrante desta CT, o Ministério de Minas e Energia, na oportunidade representado pela Dra. Ana Salett, que assumiu a vaga anteriormente ocupada pelos CERH RS/SC. Em seguida, passou ao item 2 da pauta: aprovação da minuta de ata da 57ª reunião da CTIL, o que ocorreu sem modificações. Assumindo a direção dos trabalhos, o Dr. Julio Thadeu relatou a publicação da Medida Provisória nº 165, de 11 de fevereiro de 2004 (**Anexo II**), que dispõe sobre o contrato de gestão entre a ANA e as entidades delegatárias das funções inerentes às Agências de Água, e dá outras providências. Classificou a MP como um grande avanço na institucionalização da figura das Agências de Água. Comentou sobre e-mail recebido da Conselheira Cristina Yuan, contendo sugestão de inclusão de debates sobre a MP na pauta desta reunião; mostrou-se

favorável ao debate proposto, porém em reunião futura da CTIL. Passou então ao item 3 da pauta: discussão sobre sugestões ao PL nº 1.616, de 1999. O Dr. Julio Thadeu disse que a versão do documento em debate na CTIL seria a denominada 28/01/2004 B (**Anexo III**); lembrou que, para o bom andamento dos trabalhos e na medida do possível, apenas os artigos destacados em azul/negrito seriam passíveis de discussão, posto que os demais já teriam sido objeto de debate e consenso anterior. Salientou que as sugestões que não obtivessem consenso deveriam ser encaminhadas com ressalva à Plenária do CNRH, e ainda, sobre a intenção de que esse encaminhamento ocorresse na 13ª Reunião Ordinária, prevista para 26 de março próximo. A Dra. Ninon solicitou registro sobre sua preocupação com o aperfeiçoamento do documento final das propostas no que diz respeito às técnicas legislativas. Sugeriu que, findos os trabalhos no âmbito da CTIL, um grupo poderia se encarregar de tal refinamento. Referindo-se ao teor do PL, o Dr. Otaviano ressaltou que as leis ambientais deveriam ser gerais e abstratas, e ainda, sua densidade normativa possibilitar os atos de concretude do Poder Executivo e dos Conselhos. Após essas considerações iniciais, partiu-se para discussão propriamente dita do PL nº 1.616, de 1999, tendo sido despendido para tanto todo o restante do período da manhã. Ao final dos debates sobre a proposta de redação para o art. 17, a Dra. Ana Salett solicitou registro sobre sua discordância do texto final. A pausa para almoço ocorreu às 12:45 horas, com retorno às 14:30 horas, quando se prosseguiu no debate das sugestões ao PL nº 1.616. Durante os debates, não houve consenso quanto a sugestão de alteração da redação do caput do art. 22, tendo a Proposta 1 contado com sete votos e a Proposta 2, com cinco, e ainda uma abstenção. Assim sendo, as duas propostas integrarão o documento a ser encaminhado para apreciação da Plenária do CNRH, com a indicação dos votos. Os debates prosseguiram por todo o período e deverão continuar no dia seguinte. Os trabalhos do dia foram encerrados às 18:30 horas.

**DATA:** 18/02/2004

**Início:** 9:35 h

**Término:** 18:15 h

O segundo dia da 58ª reunião da CTIL foi iniciado às nove horas e trinta cinco minutos, com uma pausa na discussão das sugestões ao PL nº 1.616 para abordagem do item 4 da pauta: análise da proposta de criação de nova Câmara Técnica do CNRH, encaminhada pela Conselheira Ninon Machado. O Dr. Julio Thadeu externou seu apreço ao tema da educação em gestão de recursos hídricos, objeto da Câmara Técnica em questão juntamente com a capacitação, o treinamento, a mobilização social e a informação, todos relacionados aos recursos hídricos. Passou então a palavra à Dra. Ninon que, por sua vez, ressaltou a importância da criação dessa nova CT, que teria sua atuação focada na formação das pessoas com a pretensão de colaborar no processo de inclusão social. Face aos questionamentos da Dra. Célia Cristina e da Dra. Sonáli sobre a justaposição de competências com a CT de Ciência e Tecnologia – CTCT, a Dra. Ninon salientou que não se pretendia interferências, uma vez que a CTCT teria sua atuação focada para questões técnicas e tipicamente setoriais em ciência e tecnologia. Finalizando, solicitou que a proposta de resolução para criação da CT, uma vez obtido o parecer favorável desta CT, fosse encaminhada para apreciação na 13ª Reunião Ordinária do CNRH. A Dra. Sônia pronunciou-se favorável a criação da CT, ressaltando a importância do incentivo às ações primárias para a gestão de recursos hídricos. O Dr. Jessé também defendeu a proposta e argumentou que a CTCT já se ocuparia com temas ligados à educação formal, enquanto a nova CT se proporia a atingir um público aí não incluído; destacou ainda a importância da inclusão social. A Dra. Vera Weigand parabenizou a Dra. Ninon pela proposta. O Dr. Otaviano observou que a proposta deveria estar fundamentada na Política Nacional de Educação Ambiental e destacou a importância da participação social como um direito fundamental de 4ª geração. Passou-se então à discussão do texto da proposta de resolução, com base na minuta encaminhada pela Dra. Ninon. Após modificações, foi aprovado o encaminhamento da proposta de resolução (**Anexo IV**) para a criação da CT de Educação, Capacitação, Treinamento, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos – CTEM para deliberação da Plenária do CNRH, devidamente acompanhada do parecer favorável da CTIL. Na oportunidade, a Dra. Ninon solicitou o auxílio de todos na defesa da proposta durante a Plenária. A Secretaria Executiva foi incumbida de providenciar as quinze assinaturas de Conselheiros necessárias para o encaminhamento de proposta de criação de CT à Plenária, conforme § 1º do art. 22 do Regimento Interno do CNRH. Retomou-se então a discussão sobre as sugestões ao PL nº 1.616. Durante os debates, a Dra. Vera Weigand ponderou, e solicitou registro, que a ANA deveria propor um PL distinto para atender suas necessidades administrativas. A proposta de inserção de novos parágrafos ao artigo 26 foi remetida para discussão futura, pendente do resultado dos debates sobre as sugestões ao art. 44. As discussões chegaram ao Capítulo VI

do PL, quando foi unânime a necessidade da proposição de nova redação para seus artigos, tendo em vista a publicação da MP nº 165, de 2004. A pausa para almoço ocorreu das 12:00 às 14:30 horas, quando foi retomada a discussão sobre o acima proposto para o Cap. VI. O Dr. Julio Thadeu se mostrou favorável à proposta e destacou alguns princípios inerentes às Agências de Água, a seguir listados, que, em sua opinião, seriam considerados imprescindíveis na nova abordagem a ser proposta ao capítulo: flexibilidade administrativa; sem fins lucrativos; total controle do Comitê; sujeita a regras de controle externo; ser possível a demissão de seus funcionários; amplas transparência e publicidade de seus atos; participação de representantes do(s) respectivo(s) Comitê(s) no Conselho Diretor e Conselho Fiscal, respeitada a proporcionalidade. Foi então proposta a criação de um GT para consecução do trabalho, composto de representantes dos seguintes órgãos/entidades/segmentos: SRH/MMA (coordenação), ANA, CONJUR/MMA, Indústria, ONGs, CERH MG/ES e Ministério das Cidades. A Dra. Patrícia e a Dra. Célia Cristina defenderam a elaboração de novos artigos para o Capítulo, argumentando que não seriam recomendáveis retificações aos textos atuais. Dessa forma, a Dra. Patrícia, a Dra. Célia Cristina e a Dra. Adriana se propuseram a elaborar uma primeira minuta de redação para o referido Capítulo, em tempo hábil para discussão no âmbito do GT em momento anterior à próxima reunião da CT. Passou-se então ao Capítulo VII do PL. Como o Capítulo seria pertinente à recém editada MP nº 165, o Dr. Julio Thadeu solicitou ao Dr. Pompeu que discorresse sobre o seu teor. O Dr. Pompeu esclareceu que a MP estaria contornando o mérito da personalidade jurídica da Agência de Águas e ainda, pretendia preservar inteiramente o papel e o poder dos comitês de bacia. Destacou também o foco para o contrato de gestão entre a ANA e as entidades delegatárias, abordando o acompanhamento do CNRH no seu cumprimento. O Dr. Julio Thadeu disse que a MP viria remediar uma situação anteriormente configurada e ressaltou seu caráter provisório, portanto passível de aprimoramentos. O Dr. Reginaldo, por sua vez, fez destaque aos artigos 5º e 10 da MP e disse que a ANA estaria se ocupando em preparar minuta de contrato de gestão modelo. A Dra. Patrícia lamentou que a MP não previa a devida participação do CNRH; solicitou ressalva para a não participação de representantes do setor usuário e da sociedade civil no grupo que discutiu a elaboração da MP. Destacou como ponto polêmico o § 1º do art. 7º, que estaria retirando da esfera dos comitês o poder de decisão sobre aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água junto ao setor hidrelétrico. Finalizando, solicitou que a Secretaria Executiva verificasse os prazos pretendidos pelo Dep. João Pizzolatti para elaboração da sua proposta de substitutivo ao PL. O Dr. Maurício Andrés propôs que fossem pautadas para a próxima reunião do CNRH apresentação e debate sobre a MP em questão. O Dr. Julio Thadeu ponderou que, com base nos prazos do Deputado, a CT poderia encaminhar os pontos consensados para deliberação na reunião de março do CNRH, ou ainda, propor o agendamento de reunião extraordinária do Conselho exclusivamente para debater as propostas ao PL. Retornando ao texto do PL, o Dr. Márley sugeriu que, da mesma forma acordada para o Capítulo VI, também o Capítulo VII fosse objeto de proposta de novos artigos, de modo a contemplar o estabelecido pela MP. Dito isso, ao final dos debates, foi definida a inclusão nos trabalhos do GT a elaboração de proposta de novos artigos também para o Capítulo VII do PL. O Dr. Julio Thadeu trouxe notícia sobre o prazo pretendido pelo Dep. Pizzolatti para elaboração de seu substitutivo ao PL como sendo o final do mês de abril. Assim sendo, prosseguiu-se na discussão do PL, agora a partir do Capítulo VIII. O art. 48 foi remetido para discussão na próxima reunião da CT. O dia de trabalho foi encerrado às 18:15 horas e a 59ª reunião da CTIL agendada para os dias 11 e 12 de março próximo, em atendimento aos prazos regimentais para convocação da XIII Reunião Extraordinária do CNRH, prevista para o dia 26 de março. A análise das sugestões ao PL nº 1.616 terá prosseguimento na próxima reunião, a partir do artigo 48, além dos remetidos para discussão futura, com base na nova versão produzida nesta reunião (**Anexo V**). Ficou também definido que, dependendo do andamento dos trabalhos, também seriam analisadas na 59ª reunião as propostas de novos artigos para inserção no atual substitutivo do PL (**Anexo VI**). Como forma de agilizar os trabalhos, a Secretaria Executiva deverá elaborar e distribuir um documento distinto abrigando essas propostas. O Dr. Julio Thadeu agradeceu a presença e o empenho de todos e encerrou a reunião.

#### **RESUMO DA REUNIÃO:**

- aprovada a ata da 57ª reunião da CTIL;
- incluída em pauta a discussão sobre a Lei nº 4.247, de 2003, do estado do Rio de Janeiro;
- prosseguimento da análise das propostas ao PL nº 1.616, de 1999; os debates terão continuidade na próxima reunião, a partir do art. 48, observados os remetidos para

discussão futura; as propostas de novos artigos para inserção no PL poderão também ser analisadas, dependendo do andamento dos trabalhos;

- criado GT com o objetivo de propor, para a próxima reunião da CTIL, novos artigos para os Capítulos VI e VII do PL nº 1.616, de forma a incorporar o estabelecido pela MP nº 165, de 2004.

- foi aprovado o encaminhamento para deliberação da Plenária do CNRH da proposta de resolução para a criação da CT de Educação, Capacitação, Treinamento, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos – CTEM, devidamente acompanhada do parecer favorável da CTIL.

Ata aprovada durante a 59ª reunião da CTIL, realizada nos dias 11 e 12 de março de 2004.

JULIO THADEU S. KETTELHUT  
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO  
Relator